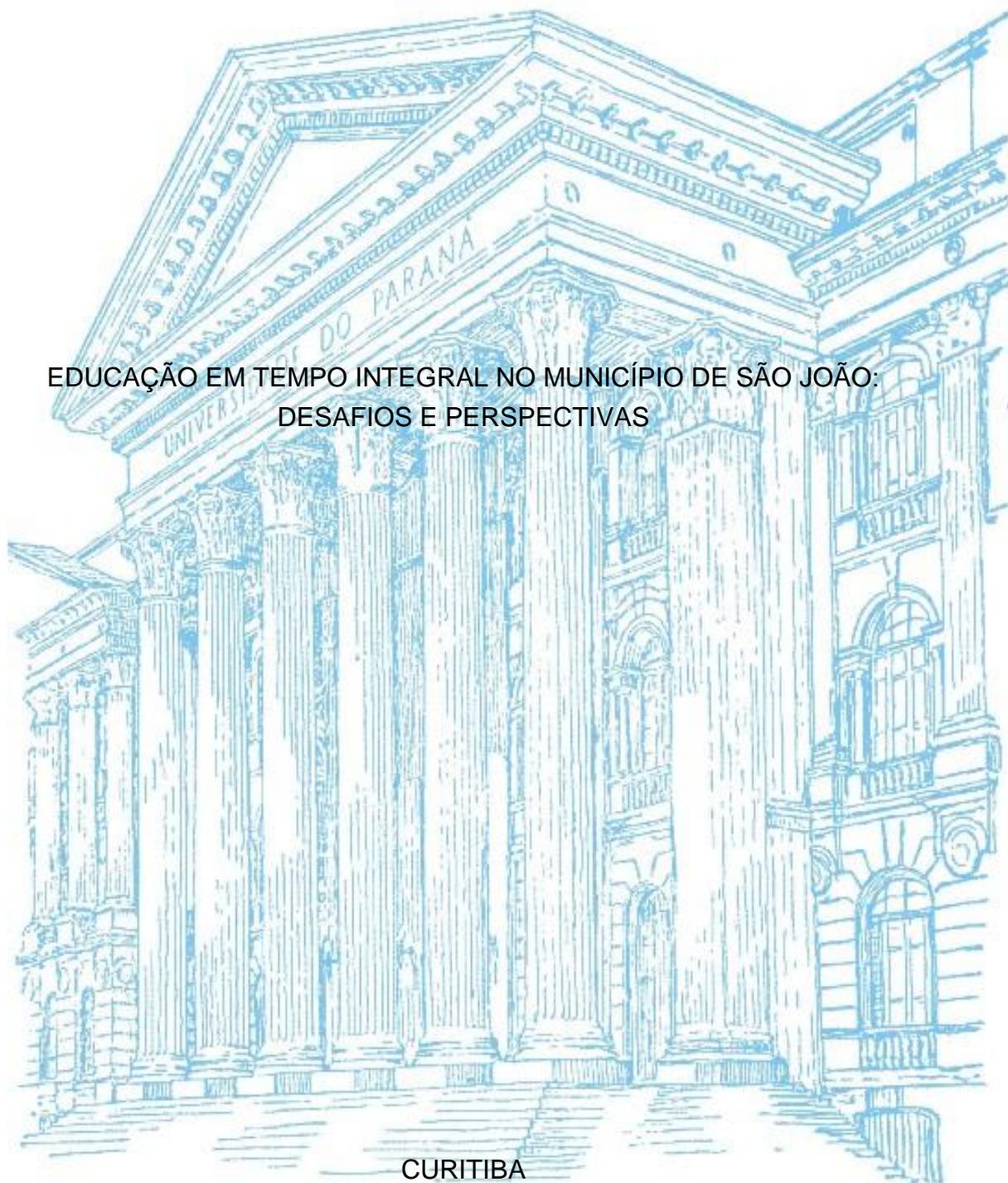


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

TANIA PAPKE PAGNUSSAT

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

TANIA PAPKE PAGNUSSAT

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Paulo Fioravante Giareta

CURITIBA
2014

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

TANIA PAPKEPAGNUSSAT *

RESUMO

Este artigo apresenta análise da Educação em Tempo Integral desenvolvida no Município de São João, estado do Paraná. Procura-se dar ênfase aos desafios e as perspectivas de sua implantação, desde o início até o momento atual. Para isso, busca-se compreender a concepção de Educação em Tempo Integral de duas gestoras escolares da Rede Municipal de Ensino que estiveram à frente da implementação desta política de Educação nas duas últimas gestões municipal. Objetiva-se compreender a Educação Integral no contexto educacional contemporâneo a partir de seu processo histórico, das leis que asseguram essa implementação em nível nacional. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo realizada por meio de questionário junto aos gestores escolares. O texto aponta para a Educação em Tempo Integral como possibilidade para a melhoria da qualidade de ensino ofertado nas escolas municipais, bem como para uma formação ampla e significativa dos alunos.

Palavras-chave: Escola em Tempo Integral, Implementação, Avanços e Desafios.

*Artigo produzido pela aluna Tania Papke Pagnussat do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Paulo Fioravante Giareta. E-mail: taniapagnussat@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

No conjunto das políticas educacionais em vigência no contexto educacional brasileiro a educação integral tem sido sistematicamente anunciada como modelo ideal de formação escolar. Contudo, não obstante o reconhecimento das condições histórico-políticas favoráveis à sua implementação, uma vez que parece figurar como principal política educacional para a promoção dos índices de melhoria da qualidade educacional, não deixa de apresentar grandes dificuldades quanto a sua efetiva materialização.

A proposta de educação integral parece ganhar materialidade pela política de ampliação do tempo de permanência das estudantes na escola, pelo que, é possível afirmar que a educação integral se estrutura a partir de políticas de educação em tempo integral centradas na busca de ampliação do universo de experiências artísticas, científicas e filosóficas. Estas, por sua vez, estruturadas no ideário de promoção da aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento; superação de dificuldades de aprendizagem; e na promoção das relações inter e intrapessoais.

O referido ideário viabiliza o reconhecimento, ao menos inicial, de que a educação integral, materializada como política de ampliação do tempo do estudante no ambiente escolar e fortemente centrado em processos de aprendizagem reafirma o ideário histórico da escolarização enquanto promoção da apropriação de saberes historicamente sistematizados. Conforme afirma Saviani (2013,p.18), “para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica em dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não- domínio ao seu domínio”.

Assim, o presente trabalho reconhece que o conhecimento escolar integra e se estrutura a partir do conjunto dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos tornados saberes escolares e que a educação integral materializada, aqui, como política de educação em tempo integral, viabiliza-se como promotora da aquisição dos referidos saberes e pelo desenvolvimento de habilidades intelectuais e comportamentais decorrente da aproximação e utilização dos conhecimentos sistematizados.

É a referida perspectiva que caracteriza o esforço do Município de São João, localizado na região Sudoeste do Paraná, na implementação da política da educação em tempo integral. O Município deu início a este processo no ano de 2010, com a implementação de educação em tempo integral em 4 (quatro) das 6 (seis) escolas da Rede Municipal de Ensino. As 4 (quatro) escolas estão localizadas nos distritos - perímetro rural - do Município.

A implementação distrital do projeto é justificada a partir de dois motivos principais: o número pequeno de alunos matriculados nestes locais, impossibilitando muitas vezes abertura de turmas por não haver demanda de alunos no local¹; e estrutura física disponível nas referidas escolas, que apesar de não ser a ideal, ofereciam mais condições e espaço, daquelas localizadas na cidade.

Concomitante a implementação do projeto pela Secretaria Municipal de Educação e ao ideário de melhora nos índices formativos, justifica-se a presente pesquisa, uma vez que objetiva analisar o projeto em curso e apontar tanto os resultados, quanto as perspectivas da referida política.

Assim, a pesquisa se estrutura a partir de uma pesquisa bibliográfica buscando compreender as particularidades e importância da educação em tempo integral a partir do contexto educacional contemporâneo. Proposta complementada a partir da aplicação de um questionário junto aos gestores de 2 (duas) das 4 (quatro) escolas participantes do projeto de educação em tempo integral.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO EXIGÊNCIA CONTEMPORÂNEA

A produção literária sobre educação integral no contexto educacional brasileiro possibilita a caracterização da mesma como movimento contemporâneo e vinculado, originariamente, as ideias dos chamados pioneiros da Escola Nova no Brasil, fortemente caracteriza no pensamento do educador Anísio Teixeira, que reconhecia a necessidade da cultura, as artes e os

¹ A Secretaria Municipal de Educação ao implementar a proposta de educação em tempo integral nas escolas do perímetro rural disponibilizou transporte escolar para deslocar os alunos do perímetro urbano complementando o número de alunos matriculados nas referidas escolas.

esportes como componentes do currículo escolar e condição para formação mais integradora dos estudantes.

A argumentação teórica de educadores como Anísio Teixeira, reclamando uma maior integralidade formativa, demonstra, no contexto educacional contemporâneo, no mínimo, a necessidade de reconhecer as profundas mudanças em curso na sociedade e que a escola, enquanto agência de socialização cultural, é profundamente afetada por estas mudanças.

Assim, encarar a necessidade da mudança da educação ofertada aos jovens implica definir o tipo de educação que se quer dar às novas gerações e ao mesmo tempo situar-se historicamente diante dos problemas e desafios que a educação brasileira enfrentou ao longo do último século, bem como identificar as possibilidades e limites da educação escolar nessa formação.

Vale destacar que a escola brasileira foi é profundamente marcada pelas práticas de exclusão das classes populares, demanda que persiste neste início de século XXI, caracterizando como emergente e necessário o desafio de pensar formas de tornar a educação em conquista democrática e inclusiva. E neste contexto tornar-se democrática significa reconhecer as diferenças e promover a igualdade garantindo a todos o direito de aprender, tal como aponta MOLL ao apropriar-se da leitura do sociólogo Souza Santos. “Cada pessoa tem direito à igualdade, sempre que a diferença inferioriza e tem direito à diferença toda vez que a igualdade homogeneiza, para dar conta da complexidade do mundo contemporâneo” (Souza Santos, 2002, apud MOLL, 2008, p 35)

A escola, no contexto social contemporâneo, não pode assumir a responsabilidade de dar conta sozinha de toda a formação e da aprendizagem que os jovens necessitam, no entanto, reconhecemos que cabe a ela um papel de protagonismo no processo de organização das forças sociais comunitárias. Assim a educação integral que se propõe hoje não pensa em uma escola que isole a criança de sua comunidade objetivando protegê-la, pois sem conviver em sua comunidade ela não tem como desenvolver o direito de cidadania, portanto uma educação para a democracia e inclusiva.

A partir desta perspectiva a defesa da educação integral hoje pressupõe a defesa de uma escola capaz de juntar seus esforços ao das demais instituições sociais da comunidade para, de forma integrada, dialogar e compartilhar as responsabilidades da construção de um projeto comum de

educação que pressupõe, no dizer de Torres (2003), que escola, família, comunidade e instituições sociais organizem-se como uma comunidade de aprendizagem:

Uma comunidade de aprendizagem é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências. (TORRES, 2003, p 83).

Seguindo a concepção do autor é possível afirmar que o conceito de “comunidade de aprendizagem” amplia a ação da escola para além de seus muros, engloba a presença de muitos outros atores além dos professores conduzindo as atividades junto aos alunos e congrega muitos saberes originários de diferentes contextos e culturas para dentro do currículo escolar. É uma comunidade em que todos aprendem.

A educação que se quer integral pressupõe desenvolver-se em territórios mais amplos, e em múltiplos espaços e lugares: na escola e também nas praças, nas ruas, nas bibliotecas, nos museus e nos teatros; mais além: na horta, na construção da vizinhança. De tal forma que locais com potencial educativo até hoje ignorados pela escola possam ser utilizados pelo grupo de aprendizes para suas explorações e descobertas, porque se esses locais e equipamentos fazem parte da vida social desses grupos estão plenos de significados e valores para serem apreendidos.

Para possibilitar aos alunos a aquisição do saber acumulado pelas gerações anteriores e ainda dar conta das novas tarefas que se colocam – como a inclusão da cultura, do esporte e das artes; a inclusão e a exploração dos recursos da comunidade e dos saberes que nela circulam – a educação integral de hoje precisa ainda construir um novo currículo escolar, aumentar e qualificar o tempo de permanência das crianças sob responsabilidade da escola, como aponta Moll (2008):

... entende-se que o tempo qualificado é aquele que mescla atividades educativas diferenciadas e que, ao fazê-lo, contribui para a formação integral do aluno, para a superação da fragmentação e do estreitamento curricular e da lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos delimitados rigidamente. Nesse sentido, entende-se que a extensão do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que

constituem a jornada ampliada na instituição escolar. (MOLL, 2008, p 29).

Ampliar o tempo de permanência na escola é possibilitar aos alunos realizarem múltiplas experiências e poderem repeti-las outras tantas vezes para que se incorporem em suas vivências reais. Não se trata de ir uma única vez ao museu ou ao teatro e guardar essa única experiência como um deslumbramento, e sim fazê-lo várias vezes para que os muitos olhares, realizados em diferentes momentos, incorporem-se nas suas aprendizagens.

Dentro desta perspectiva é na educação em tempo integral que é possibilitado ao aluno a ampliação do seu universo de experiências artísticas, científicas e filosóficas; ampliada a aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento por meio de práticas desenvolvidas em projetos; e propiciado o desenvolvimento das relações inter e intrapsicológicas.

Faz-se necessário destacar, contudo, que a oferta da educação em tempo integral não pode desconsiderar as especificidades de cada unidade escolar, ou seja, que os projetos desenvolvidos no maior tempo de permanência do estudante na escola devem respeitar a especificidade de seu contexto e prática social, bem como o próprio contexto objetivo da cultura escolar local, seu modelo de gestão e sua proposta político pedagógica.

A proposta de educação integral traz consigo a preocupação com a garantia do direito à educação de qualidade, a qual prevê uma escola verdadeiramente democrática, comprometida com a cidadania, inclusão e a produção de saberes diversificados, de forma a promover o envolvimento de toda comunidade educativa.

Assim, convém destacar, que a educação integral, ao mesmo tempo que se apresenta como uma demanda transformativa dos movimentos educativos contemporâneos, não deixa de se caracterizar como um desafio que exige forte predisposição ao diálogo entre a escola e a comunidade, constituindo-se em projeto político de escola profundamente afetado pela prática social desta comunidade.

Portanto, entende-se que a proposta de educação em tempo integral não se restringe ao “tempo” ampliado de permanência da criança ou o jovem na escola, mas integração das atividades que se vinculam ao processo formativo (práticas culturais, lúdicas, esportivas, entre outras) e ampliação das

oportunidades de exercício de autonomia e os repertórios socioculturais. Para Moll, 2008, “a permanência na escola, não deve ser vista como algo complementar”.

O que impacta na própria proposta de formação do professor, já indicada por Anísio Teixeira como a função fundamental para garantir a qualidade na educação comprovando sua importância com experiências concretas que confirmaram a possibilidade de transformação social através da Educação. (SCHAEFFER, 1998). É possível indicar que a função do professor deve se estruturar a partir da capacidade de escuta, diálogo e mediação no processo formativo, o que caracteriza outro perfil docente, diferente ao perfil tradicional.

Conforme preconiza a abordagem educativa de Freire (1999) convém ao professor uma postura reflexiva sobre sua prática capaz de conferir significados às produções individuais e coletivas desenvolvidas no espaço escolar e no espaço mais amplo da comunidade. Ou seja, se estruture a partir de uma prática educativa integradora, por isso, pautada pelo reconhecimento da pluralidade cognitiva, afetiva, estética, ética, cultural com objetivo de formar indivíduos ativos e emancipados.

A apresentação da educação integral, materializada na proposta de educação em tempo integral, como exigência do contexto social contemporâneo, não se traduz em um mero exercício teórico, mas tem respaldo no próprio contexto da legislação educacional brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 e o Plano Nacional de Educação, preconizando a jornada de trabalho ampliada e a possibilidade dos Municípios se adaptarem conforme necessidade e possibilidades para o atendimento da mesma.

2.1. A Educação Integral na Legislação Educacional

Conforme anunciado anteriormente a educação integral não se estrutura apenas como conquista teórica, mas se apresenta contemplada na própria legislação que caracteriza o alcance legal da oferta de diferentes modalidades de educação no sistema educacional brasileiro.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, já em seu artigo 1º caracteriza a concepção

integradora da educação definindo-a como movimento implicado com a prática social dos estudantes.

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”.

Concepção que parece ganhar indicação de materialidade, conforme artigo 34 da mesma Lei, na proposta de progressiva ampliação da jornada escolar. “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Proposta identificada no § 02 do referido artigo pela definição e tempo integral. “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critérios dos sistemas de ensino”.

A referida LDB, no seu artigo 87, volta a destacar a educação em tempo integral, agora, como articulação de esforços políticos e de gestão para a sua oferta progressiva na rede escolar. “Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas e urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas em tempo integral”.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.179/01, por sua vez, apresenta a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental, estabelecendo como meta a ampliação progressiva da jornada escolar de no mínimo 7 (sete) horas diárias. O Decreto nº 6.253/2007, no art. 4, indica que a:

Educação básica em tempo integral é a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permaneça na escola ou em atividades escolares (BRASIL, 2007).

Contexto legislativo que fundamenta e define os contornos legais que estruturam as iniciativas, também do poder pública municipal, pela efetivação da oferta da educação em tempo integral. Bem como consolida as bases legais para a entendermos como direito dos estudantes.

É a partir desta concepção e perspectiva que apresentamos e analisamos a proposta em construção no Município de São João, na região Sudoeste do Paraná.

3. A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO

O compromisso com a implementação de políticas educacionais efetivamente articuladas com o princípio da Educação Básica de qualidade como um direito tem sido uma constante ao Município de São João, região Sudoeste do Estado do Paraná. Essa afirmativa é constatada pela busca do Município em viabilizar os projetos indicados e subsidiados pelo governo federal.

A implementação da educação em tempo integral no Município responde como uma destas iniciativas, especialmente, quando considerarmos que ela está articulada a meta do governo federal de oportunizar, até 2016, maior permanência na escola – escola de tempo integral – a 85% das crianças da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, a implementação da proposta da escola em tempo integral, no Município, representa um avanço em direção as necessidades de garantir uma educação de qualidade com ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Esta proposta tem como marco inicial o ano de 2010, quando passou-se a ofertar educação em tempo integral a todas localizadas distritais – rurais – do Município. Esta cobertura se estruturou a partir da oferta de educação em tempo integral nas unidades escolares: Escola São Pedro – na comunidade de Ouro Verde; Escola Nossa Senhora de Lourdes – na comunidade de Nova Lourdes; Escola Imaculada Conceição – na comunidade de Vila Paraíso; e Escola Nossa Senhora de Fátima – na comunidade de Dois Irmãos.

A proposta inicial caminhou sem muitas alterações ao longo dos 3 (três) primeiros anos, com algumas poucas alterações a partir do ano de 2013, ano que marca a mudança de comando na gestão municipal.

O presente estudo se propõe a estabelecer um olhar mais específico sobre duas das supracitadas escolas. O olhar sobre as duas escolas se fundamenta no objetivo de compreender o processo de implementação da proposta e elucidar seus alcances de desafios.

3.1. Escola Municipal Imaculada Conceição

A Escola Municipal Imaculada Conceição – Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na Rua 1º de Maio s/nº telefone (46) 3533 9022, distrito de Vila Paraíso, município de São João – (Sudoeste) Paraná - é mantida pela Prefeitura Municipal de São João e pertence ao Núcleo Regional de Educação de Pato Branco.

A escola está localizada no meio rural e funciona com 6 turmas em período integral, com uma carga horária diária de 9 horas e 30 minutos; oferta Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos, com ensino regular no período matutino e oficinas pedagógicas no período vespertino de segunda a quinta-feira. A instituição fica a uma distância de 09 km da sede do município e 70 km do núcleo Regional de Educação de Pato Branco.

São atendidos 72 alunos, distribuídos na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 64% destes residem na sede do distrito, 36% nas localidades distritais circunvizinhas tais como Alto Alegre, Trevo de Ouro Verde, Nova Lourdes e do perímetro urbano municipal. O acesso dessas localidades até a escola é realizado por transporte escolar específico.

O atendimento é ofertado aos alunos com necessidades educacionais especiais de aprendizagem, que frequentam duas vezes por semana a sala de reforço escolar, onde a professora atende com um pequeno grupo de alunos e busca trabalhar individualmente a necessidade de cada um, tendo como objetivo sanar a dificuldade e a defasagem na aprendizagem dos conteúdos curriculares.

Os alunos contam, também, com acompanhamento da psicóloga e fonoaudióloga, profissionais que atendem os alunos em média duas vezes por mês.

Dispõe de um professor para cada ano/turma como regente de classe e os professores que atuam especificamente nas disciplinas de Educação Física, Arte e Inglês, proporcionando assim hora atividade para todos os docentes. Atualmente a quantidade de alunos por Ano/Turma varia com

aproximadamente 7 a 18 alunos, mantendo uma média geral de 12 alunos por classe.

A área física do ambiente escolar oferece boas condições de funcionamento, adequada às necessidades dos alunos, professores e demais funcionários da escola. O prédio está edificado sobre um terreno de 2.500 m² com 2.314,59 m² de área construída, dividida em dois blocos assim distribuída: 16 salas, cozinha, área coberta, depósito, banheiros para alunos, professores e funcionários.

A Escola Municipal Imaculada Conceição utiliza as mesmas dependências físicas do Colégio Estadual São Luís, em turnos alternados. Ocupa 6 salas de aula, onde estão as turmas de Educação Infantil, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, uma sala onde funciona a secretaria e direção e outra ocupada pela biblioteca. A escola oferece atendimento de reforço e recuperação aos alunos que apresentam dificuldades durante o processo de aprendizagem. Há um depósito de materiais pedagógicos, uma sala de professores utilizada para planejamento das aulas e para reunião de professores, que está sendo compartilhada com o Colégio São Luís, cozinha, depósito de alimentos e materiais de limpeza, banheiros e área coberta.

A escola utiliza o Ginásio de Esportes da comunidade, que está situado no terreno da escola, para desenvolver as aulas de educação física e demais atividades culturais como gincanas, festas juninas, festas cívicas e comemorações.

Dispõe de um amplo saguão com refeitório e mobiliário adequado para a idade das crianças, contando com mesas e cadeiras adaptadas para oferecer comodidade aos alunos da Educação Infantil e Séries Iniciais.

3.2. Escola Municipal do Campo Nossa Senhora de Lourdes

A Escola Municipal do Campo Nossa Senhora de Lourdes está situada na Avenida XV de novembro S/N fone 014 (46) 3533 6038 – CEP: 8557000-000, no Distrito de Nova Lourdes, Município de São João, Paraná.

A população do referido distrito é formada por famílias de média e baixa renda, a maioria agricultores que vivem da pecuária leiteira. Valorizam a educação de seus filhos participando da vida escolar dos mesmos.

Um terço dos alunos é originário da cidade, outro terço vive no campo e o restante mora na vila, próximo a escola.

No entorno da escola existem as casas de moradia, ginásio de esportes, não existem fábricas e o comércio é formado por dois mini mercados e um entreposto da Cooperativa Agroindustrial (Coasul). Também tem um posto de Saúde, um clube de mães e um posto de combustível. As ruas são pavimentadas e todas as residências possuem energia elétrica.

Na chegada os alunos se direcionam as portas das salas, esperam o sinal e a chegada do professor. A fila é formada apenas no período vespertino. A maioria usa o uniforme padrão.

O pátio tem um bom espaço e possui um pequeno jardim de materiais alternativos. A impressão que se tem é de uma escola tradicional, antiga, com muros e pinturas velhas. Os espaços são assim utilizados: 05 salas de aula estas salas, são usadas durante todo dia, pois funciona período integral.

Possui um banheiro Feminino, um banheiro Masculino para os alunos e um banheiro para as professoras e funcionários. Dispõe, ainda, de uma cozinha com bom espaço para o preparo do lanche aos alunos com depósito para o gás em local seguro, a lavanderia e os produtos de limpeza. Além disso, localizado dentro do pátio da escola está o poço artesiano que abastece toda a comunidade e a própria escola.

Nos fundos da escola encontra-se o parque das crianças com balanços, caixa de areia, casinha para as crianças brincar, labirinto, gangorra e pneus coloridos para pular amarelinha. Para as atividades esportivas a escola possui o Mini Ginásio de Esporte, propriedade do Município, local que oportuniza também os jogos e outras diversões à comunidade. A escola passou por uma ampla reforma e encontra-se em boas condições de funcionamento.

Na sala dos professores possui quadro para recados com horário para as aulas e painel para a exposição dos recados, ofícios e horários da semana. Os mobiliários das salas são dispostos de formas variadas para possibilitar melhor integração e socialização nos trabalhos, tornando o ambiente escolar acolhedor.

A Secretaria é o ambiente da documentação. Na sala dos professores, encontra-se a biblioteca que mesmo sendo pequena possui um bom acervo à disposição dos professores, alunos, funcionários, pais e a comunidade escolar. Na mesma encontram-se muitas coleções de livros que auxiliam os professores na preparação de atividades e aulas. Neste espaço possui dois computadores com internet para auxiliar o trabalho dos professores.

O espaço natural nas dependências da escola é suficiente para o lazer e a construção da horta para lanche escolar. Quem chega à escola, geralmente são os alunos, funcionários, professores, pais e comunidade escolar, a entrada tem livre acesso.

3.3. Considerações sobre o Funcionamento das Escolas em Tempo Integral no Município de São João

As instituições estão adaptadas para funcionar em tempo integral, porém, funcionam no mesmo prédio das escolas estaduais, tornando o espaço reduzido.

No período da manhã os alunos são atendidos pelo professor regente, professores de Educação Física, Arte, Inglês, História e Geografia. No período da tarde são contemplados com as oficinas de Música, Artesanato, Teatro e Dança, Italiano, Informática, acompanhamento pedagógico de Português, Matemática, Jogos de Mesa, Esporte e Reforço Paralelo.

Ambas as escolas estão cadastradas no Programa Mais Educação do governo federal, que disponibiliza recursos para manter as oficinas, e ajudam pagar os monitores ou profissionais que trabalham nas oficinas. Repasse não suficiente para a manutenção da proposta, ficando a cargo da Prefeitura Municipal o repasse de mais de 80%, do valor do valor total do custo das escolas em tempo integral.

O atendimento em tempo integral nessas escolas funciona de segunda à quinta-feira durante 9 horas e 30 minutos e na sexta- feira, somente no período da manhã, uma vez que as crianças sentem necessidade de um descanso durante a semana e também nesse período sem aula, eles podem acompanhar

seus pais às compras, serviços de banco e outras atividades na cidade, uma vez que a grande maioria mora no interior.

Entende-se que para os alunos que são provenientes da cidade, a liberação no período da tarde de sexta-feira acarreta uma situação difícil para seus pais, pois a grande maioria trabalha em empresas da cidade. Porém, só conseguiu-se êxito e permanência dos alunos o integral, após esta tomada de decisão junto a comunidade escolar, principalmente reivindicada pelos pais oriundos dos distritos.

Os professores, por sua vez, participam de cursos oferecidos pela secretaria de educação, governo estadual e federal. Muitos fazem cursos a distância buscando aperfeiçoamento contínuo para atender as inovações da profissão. A maioria dos professores regentes trabalha também com as oficinas, permanecendo quarenta horas na escola. As condições de trabalho são boas, é oferecido café da manhã, almoço e lanches.

O Projeto Político Pedagógico da escola é carente de constantes reformulações, especialmente, no tocante a integração curricular entre a oferta regular e as oficinas.

3.4. A Educação em Tempo Integral a partir da Leitura dos Gestores

A identificação dos desafios e delineamento das perspectivas para a educação em tempo integral no Município de São João, nesta pesquisa, foi viabilizado mediante a aplicação de um questionário junto aos gestores das escolas, aqui identificadas pela nomenclatura de Escola A e Escola B. O questionário foi estruturado a partir de cinco questões centrais capazes de explicitar o entendimento dos gestores sobre educação integral; a necessidade do projeto de educação integral na escola; os desafios para a implementação da educação integral; o impacto do projeto de educação integral na escola; e os elementos de atenção para continuidade do projeto.

A busca de aproximação ao entendimento dos gestores sobre a educação integral possibilita elucidar, além do entendimento, a própria expectativa da escola em relação ao projeto. A gestora da escola A explicita bem esta expectativa afirmando que “quando falamos em educação integral,

devemos pensar não apenas no tempo integral em que as crianças permanecem na escola, mas sim na formação integral que a elas é oferecida”.

Essa expectativa é complementada, na fala da gestora da escola A, na elucidação do ideário de que esta educação integral possibilite o

(...) desenvolvimento pleno do ser humano, compreendendo suas características corporais, emocionais, psicológicas, intelectuais e culturais, proporcionando o desenvolvimento equilibrado destas, possibilitando a participação social e a autonomia para o desenvolvimento de suas potencialidades.

A referida expectativa também é comungada pela gestora da escola B, uma vez que explicita de que “não se trata portanto de apenas ampliar o tempo do aluno na escola mas sim ofertar condições para o seu desenvolvimento integral”. Expectativa que a gestora centra no ideário de que a “educação integral pode ser entendida como a educação para a formação do ser humano em todos os seus aspectos ou seja físico, mental, social e cultural”.

A gestora da escola B chega a acenar para movimentos necessários para a viabilidade desta proposta educativa quando indica que

nesse sentido a escola deve buscar estratégias que mostrem outras formas de ensinar e aprender priorizando todos estes aspectos, desenvolvendo no educando as potencialidades mentais e físicas superando desigualdades sociais que se refletem na escola tendo ainda o desafio de não tornarem-se assistencialistas.

A análise do entendimento e expectativa dos gestores em relação ao projeto em curso possibilita a leitura da complexidade social em que a ação educativa se dá e a percepção dos mesmos sobre a necessidade da educação aprofundar sua relevância histórica, como já indicava Anísio Teixeira (1997, p.85)

(...) resta toda a obra de familiarizar a criança com os aspectos fundamentais da civilização, habituá-la ao manejo de instrumentos mais aperfeiçoados de cultura e dar-lhes segurança de inteligência e de crítica para viver em um meio de mudança e transformação permanentes.

Embora o entendimento e expectativa desvelada anteriormente a indagação sobre a necessidade da educação integral na escola revelou

posicionamentos distintos entre os gestores. A gestora da escola A reconhece a necessidade pelo fato de que o “aluno de escola integral é capaz de compreender e assimilar o que lhe é proposto com maior facilidade, tem maior maturidade para enfrentar as dificuldades cotidianas da escola e da sociedade em que vive”. Contudo, a gestora da escola B, por sua vez, afirma: “não diria que a escola onde atuo tivesse “necessidade” de ofertar educação em tempo integral”. Ela justifica este posicionamento indicando a existência de posicionamentos, interesses, objetivos ou, até mesmo, práticas sociais divergentes no ambiente escolar.

Nesta escola que é caracterizada como do campo, vemos situações bem distintas e que se contradizem! De um lado vemos pais da cidade que precisam de um “lugar” para deixar seus filhos enquanto estão no trabalho (para estes pais há necessidade do Tempo Integral). Já os alunos oriundos de sítios e arredores gostariam de frequentar a escola apenas em um período para estarem com os pais no outro.

O posicionamento divergente parece não negar a importância em si do projeto, mas evidencia a necessidade de maior abertura do sistema de ensino, aqui representado pela comunidade, gestores e mantenedora, para o diálogo sobre o formato da organização e do projeto político pedagógico da escola em tempo integral. Considerando que a escola de tempo integral se anuncia articulada ao objetivo de conferir sentido a aprendizagem pela aproximação desta com a prática social concreta dos sujeitos, torna-se pertinente a indagação da gestora da escola B sobre o distanciamento dos interesses sociais presentes no projeto, representados, na fala da gestora, pelos filhos dos trabalhadores do campo e os filhos dos trabalhadores nos espaços urbanizados.

A indagação sobre os desafios à implementação da educação em tempo integral, por sua vez, a partir da fala das gestoras, nos leva a duas categorias centrais: espaço físico e formação dos profissionais que atuam no projeto de educação em tempo integral.

O desafio inerente ao espaço físico é assim apontado pela gestora da escola A: “Um dos grandes desafios é a questão do espaço físico”. A gestora da escola B apresenta estes desafios com um pouco mais de detalhes, “no caso da escola em que atuo um dos problemas maiores diz respeito ao espaço

físico. Existe a disponibilidade de terreno mas as ampliações solicitadas e de extrema necessidade não se efetivam”.

Quanto ao desafio da formação dos profissionais que atuam na educação em tempo integral a gestora da escola A o identifica a formação continuada,

(...) a falta de formação continuada aos profissionais das oficinas. A formação continuada além de manter esses profissionais sempre a par das discussões teóricas atuais sobre educação, contribuindo para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola e conseqüentemente da educação.

A gestora da escola B, por sua vez, o identifica pela falta de profissionais habilitados. “Outro ponto bem sensível é a falta de profissionais habilitados para atuar nas áreas do conhecimento específico (arte, dança teatro, entre outros)”.

Em termos de desafios e perspectivas para o projeto de educação em tempo integral em curso no Município de São João os desafios supracitados parece se apresentarem como centrais, acenando, novamente, para a necessidade de abertura ao diálogo do sistema de ensino como um todo. A desconsideração do mesmo pode descaracterizar a relevância formativa idealizada pelo projeto.

Os avanços da escola decorrente da implementação do projeto de educação em tempo integral, materializam-se, para ambos gestores, pela melhoria nos índices de aprendizagem e no desenvolvimento/descoberta de habilidades.

Para a gestora da escola A

A educação integral veio contribuir para a diminuição dos indicadores de insucesso escolar, tais como a reprovação, contribui para elevar a auto-estima e a motivação da comunidade escolar, em especial, dos estudantes, além de contribuir para a elevação dos indicadores de aprendizado dos estudantes, gera a possibilidade das crianças desenvolverem talentos, habilidades e competências em áreas chaves para um bom desempenho no futuro.

Por sua vez, a gestora da escola B indica que

Podemos observar que o atendimento aos alunos no geral e principalmente aos com maiores dificuldades ficou mais efetivo gerando assim uma melhoria na aprendizagem. As “oficinas” como são chamadas as atividades ofertadas levaram os alunos a se descobrirem habilidosos como no artesanato, informática, demonstrar seus talentos na música, dança teatro entre outros.

Pode-se concluir que ambas concordam que a implementação das escolas em tempo integral contribui na aprendizagem dos alunos, e ainda está revelando talentos, ou seja, a habilidade de alguns alunos, no caso de oficinas voltadas a danças, música e teatro. Contudo, convém observar que as gestoras não relacionam diretamente os avanços à expectativa e ideário anunciado inicialmente de que o projeto deve buscar a formação integral do sujeito, restringindo os avanços a aspectos do desenvolvimento cognitivo.

Por fim, à solicitação de análise dos elementos que demandam atenção para a continuidade do projeto de tempo integral no município de São João foi traduzida pela gestora da escola A como: “A questão financeira”, sem mais detalhes. Já a gestora da escola B buscou traduzir nesta resposta o conjunto de indicações já elucidadas nas respostas anteriores.

(...) todos devem contribuir, como: o Governo Federal implantando programas e políticas públicas mais efetivas e de implementação menos burocrática; Governantes e suas equipes, estaduais e principalmente municipais mais preparados e informados sobre o tema Tempo Integral; Adequação do espaço físico das escolas (urgente e imprescindível); Formação de profissionais para atenderem a demanda das “oficinas” ofertadas conforme os macrocampos sugeridos pelo programa Mais Educação principal fonte de investimento da Escola de Tempo Integral.

É possível afirmar que os desafios, que também demarcam as perspectivas futuras do projeto, giram em torno às dificuldades de avançar em demandas inerentes a proposta, tais como investimentos e estrutura física; formação dos profissionais e alinhamento político pedagógico; e maior abertura do sistema de ensino para articulação do projeto a prática social concreta dos sujeitos envolvidos na proposta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é fator fundamental para melhorar a sociedade em que vivemos, portanto faz-se necessário concebê-la de diferentes formas. Diante

desta necessidade, o Município de São João passou a entender que a Educação pode ser melhorada através da implementação de escolas em tempo integral.

Contudo, para melhor atender o conteúdo das leis que regulamentam essa modalidade de Educação, as escolas que adotaram a Educação em Tempo Integral foram as localizadas nos distritos do município. Tal estratégia deve-se ao fato de que elas contam com melhor infraestrutura e número de alunos reduzidos. Além disso, o município apresenta condições viáveis para deslocar alunos do centro da cidade até as escolas localizadas na zona rural.

Assim, a Educação em Tempo Integral proporciona novos conhecimentos aos alunos, possibilitando a aprendizagem e integração de novos saberes aos que já eram trabalhados nas escolas. Além disso, projeta a melhoria da qualidade de vida dos pais, que podem trabalhar com tranquilidade, pois têm a certeza que seus filhos estão sendo bem assistidos.

Para além dessas considerações, por meio da Educação em Tempo Integral, os alunos têm a oportunidade de se desenvolverem de forma global, tornando-se cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade, capacitados para enfrentar a vida.

Porém, ainda é necessário uma série de ajustes para que esta proposta funcione com eficiência, como: investimentos na infraestrutura das escolas; formação e remuneração dos profissionais da educação e também pessoas qualificadas para trabalhar nos projetos oferecidos nas escolas.

Pode-se afirmar ainda que na Educação em Tempo Integral, a cultura, as artes e os esportes devem ser componentes do currículo, fazendo parte do conhecimento escolar. Além disso, a escola pode abordar os componentes curriculares em territórios mais amplos, e em múltiplos espaços e lugares, como praças, ruas, bibliotecas, museus e teatros. No caso das escolas localizadas no interior como as aqui estudadas: na horta, na agricultura, no empreendedorismo, no reforço de português e matemática, nas aulas de informática, nas línguas inglesa e italiana, nos esportes, nas aulas de música e teatro. Essas ações são desafios que para ser vencido exige o diálogo entre a escola e a comunidade, e deve atender a objetivos estabelecidos no projeto Pedagógico da escola.

Para finalizar, a Educação em Tempo Integral trouxe melhorias significativas para a Educação no Município de São João. Porém, muito ainda precisa ser feito para que a Educação em Tempo Integral oferecida em nossas escolas atenda ao estabelecido na legislação vigente. O caminho começou a ser trilhado, agora precisa de esforço mútuo entre escola, comunidade, secretaria de educação e prefeitura. Sendo os gestores escolares os pilares e as peças fundamentais para o bom funcionamento das Escolas em Tempo Integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASCAVEL. PREFEITURA. Secretaria Municipal de educação. **Diretrizes para Educação em Tempo Integral – rede municipal de ensino**, 2010.

CAVALIERI, A.M. **Tempo de escola e qualidade pública**. Educação Social, 2007. Volume 28 n.100. pp 1015-1035.

CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para o Ensino fundamental**. V. 3, 2006.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: 2003-2010. LDB 9394/96 e Plano Nacional de Educação Lei nº10.179/01.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Escolas em Tempo Integral**. Brasília, 2007.

MOLL, Jaqueline. **Caderno Educação Integral: Série Mais Educação**. Brasília: MEC, SECAD, 2008.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Anísio (1997). **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ. (Original publicado em 1936).

TORRES, M. R. A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem. In: **Muitos lugares para aprender**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária- CENPEC-São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/ UNICEF, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.